

ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL RECENTE: PERSPECTIVAS HISTÓRICAS DO PRESENTE E CONTEXTOS ATUAIS

SOLIDARITY ECONOMY IN CONTEMPORARY BRAZIL: HISTORICAL PERSPECTIVES OF THE PRESENT AND CURRENT CONTEXTS

ECONOMÍA SOLIDARIA EN EL BRASIL RECIENTE: PERSPECTIVAS HISTÓRICAS DEL PRESENTE Y CONTEXTOS ACTUALES

Naccer Cayc Ribeiro Donato¹
Andre Luiz Moscaleski Cavazzani²

Resumo

Este artigo apresenta uma pesquisa documental que analisa as perspectivas históricas e os contextos atuais da Economia Solidária no Brasil, focalizando o período de 2000 a 2024. O estudo baseia-se em documentos primários — como notícias, cartilhas e materiais oficiais — e em documentos secundários, especialmente artigos acadêmicos que abordam os acontecimentos socio-históricos ligados ao tema. Os resultados indicam que, ao longo do período analisado, a Economia Solidária passa a ocupar um lugar central nas políticas estatais, processo evidenciado pelas fontes documentais consultadas. Observa-se que os movimentos sociais vinculados a práticas socioeconômicas solidárias buscaram reconhecimento, legitimidade e ampliação de suas ações por meio do Estado, tendo o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) como principal articulador na interface entre sociedade civil e governo. Inserida no campo mais amplo da Economia Social e vinculada a ideologias de base popular, a Economia Solidária no Brasil expressa formas de organização econômica que valorizam a cooperação e a produção associada. O objetivo geral da pesquisa é propor um levantamento das perspectivas históricas do Brasil recente, compreendendo seu desenvolvimento socioeconômico fundamentado na solidariedade e em suas subjetividades coletivas. A abordagem metodológica emprega a História do Tempo Presente (HTP), cujos fundamentos epistemológicos, ancorados especialmente em Henry Rousso, permitem interpretar a construção de um passado-presente marcado por continuidades e inacabamentos. Conclui-se que a Economia Solidária no Brasil contemporâneo se estrutura a partir de uma complexa rede de organizações sociais e políticas públicas, integradas a diversas instâncias governamentais e moldadas pelos desafios e transformações do contexto socioeconômico recente.

Palavras-chave: Brasil recente; economia solidária; perspectivas históricas.

Abstract

This article presents a documentary study analyzing the historical perspectives and current contexts of Solidarity Economy in Brazil, focusing on the period from 2000 to 2024. The study is based on primary documents—such as news reports, educational materials, and official records—and on secondary sources, especially academic articles addressing the socio-historical developments related to the topic. The findings indicate that, throughout the analyzed period, the Solidarity Economy gradually became central within state policies, a process evidenced by the surveyed documentary sources. It is observed that social movements engaged in solidarity-based socioeconomic practices sought recognition, legitimacy, and expansion of their activities through the State, with the Brazilian Solidarity Economy Forum (FBES) acting as the main articulator between civil society and the government. Positioned within the broader field of Social Economy and linked to popular economic ideologies, the Solidarity Economy in Brazil expresses forms of economic organization grounded in cooperation and associative production. The general objective of the research is to propose an overview of the historical perspectives of recent Brazil, examining its socioeconomic development shaped by solidarity and by collective socioeconomic subjectivities. Methodologically, the study employs the History of the Present Time (HTP), whose epistemological foundations—particularly those formulated by Henry Rousso—enable the interpretation of a past-present marked by continuities and unfinished processes. The article concludes that the Solidarity Economy in

¹ Bacharel em Teologia pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER); licenciado em Formação pedagógica em História Na UNINTER.

² Professor do Centro Universitário Internacional Uninter.

contemporary Brazil is structured through a complex network of social organizations and public policies, integrated into various governmental bodies and shaped by the challenges and transformations of the recent socioeconomic landscape.

Keywords: recent Brazil; solidarity economy; historical perspectives.

Resumen

Este artículo presenta una investigación documental que analiza las perspectivas históricas y los contextos actuales de la Economía Solidaria en Brasil, con énfasis en el período de 2000 a 2024. El estudio se basa en documentos primarios —como noticias, cartillas y materiales oficiales— y en documentos secundarios, especialmente artículos académicos que abordan los desarrollos sociohistóricos relacionados con el tema. Los resultados indican que, a lo largo del período analizado, la Economía Solidaria pasa a ocupar un lugar central en las políticas del Estado, proceso evidenciado por las fuentes documentales consultadas. Se observa que los movimientos sociales vinculados a prácticas socioeconómicas solidarias buscaron reconocimiento, legitimidad y ampliación de sus acciones a través del Estado, siendo el Foro Brasileño de Economía Solidaria (FBES) el principal articulador entre la sociedad civil y el gobierno. Inserta en el campo más amplio de la Economía Social y vinculada a ideologías económicas populares, la Economía Solidaria en Brasil expresa formas de organización económica basadas en la cooperación y la producción asociada. El objetivo general de la investigación es proponer un levantamiento de las perspectivas históricas del Brasil reciente, comprendiendo su desarrollo socioeconómico fundamentado en la solidaridad y en sus subjetividades colectivas. Metodológicamente, el estudio emplea la Historia del Tiempo Presente (HTP), cuyos fundamentos epistemológicos —particularmente los formulados por Henry Rousso— permiten interpretar la construcción de un pasado-presente marcado por continuidades y procesos inconclusos. Se concluye que la Economía Solidaria en el Brasil contemporáneo se estructura a partir de una compleja red de organizaciones sociales y políticas públicas, integradas a diversas instancias gubernamentales y moldeadas por los desafíos y transformaciones del contexto socioeconómico reciente.

Palabras clave: Brasil reciente; economía solidaria; perspectivas históricas.

1 Introdução

O artigo é uma análise das perspectivas históricas da Economia solidária no Brasil recente, e uma exposição dos seus contextos subjetivos socioeconômicos atuais de solidariedade por meio da História, entre os anos 2000 até 2024, isto referente aos avanços e retrocessos em toda a sociedade brasileira, das atividades solidárias na Economia social do país. No Brasil a Economia solidária se constrói nas últimas décadas por meio de parcerias dos setores públicos com os setores privados, tendo o poder do Estado e os seus serviços públicos como principal poder regulamentador. Diante da centralidade que as atividades regulatórias da Economia Solidária passaram a ocupar no Estado e em suas políticas sociais, conforme demonstrado por Oliveira e Ferrarini (2021), este trabalho investiga, em outra perspectiva, como ocorre o avanço social das práticas econômicas solidárias. A pesquisa busca compreender de que maneira esse campo se desenvolve na História do Tempo Presente, considerando que o conceito de Economia Solidária permanece intrinsecamente ligado tanto à Economia Social do Brasil recente quanto às políticas públicas formuladas pelo Estado.

O objetivo desta pesquisa é apresentar uma análise que permita compreender historicamente, ao longo das últimas décadas, o desenvolvimento social da solidariedade na sociedade brasileira capitalista contemporânea, tomando como referência o campo da

Economia Solidária (ES). Para isso, são examinados documentos primários específicos, como cartilhas, materiais oficiais e publicações governamentais produzidos no Brasil entre 2000 e 2024, além de documentos secundários, especialmente artigos acadêmico-científicos que abordam a temática e delimitam esse recorte do Tempo Presente. Trata-se, portanto, de uma pesquisa documental de abordagem qualitativa, fundamentada em princípios analíticos da História do Tempo Presente (HTP), que orientam o exercício crítico e histórico aplicado às fontes consultadas. Assim, tanto o referencial teórico-científico quanto o conjunto documental analisado são direcionados à interpretação dos acontecimentos históricos relacionados à Economia Solidária no Brasil atual, contribuindo para a formulação de novas perspectivas históricas sobre o Tempo Presente e consolidando a temática como campo social e dimensão conceitual relevante para a compreensão do Brasil recente.

A história recente do Brasil demonstra que as atividades socioeconômicas vinculadas à Economia Solidária passaram a ser reorganizadas e centralizadas pelo Estado a partir de 2003. No entanto, diversas experiências de Economia Solidária já vinham ocorrendo desde as décadas de 1970 a 1990. Os levantamentos indicam que essas iniciativas, originalmente mais autônomas, passaram a ter sua independência parcialmente comprometida após 2003, quando o Estado passou a categorizá-las e vinculá-las direta ou indiretamente às estruturas das políticas públicas e sociais. Esse movimento se consolidou sobretudo com a legitimação do Movimento de Economia Solidária Brasileira (MESB) no âmbito do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) (Oliveira; Ferrarini, 2021). Assim, os acontecimentos históricos do Brasil recente demonstram que a expansão e legitimação das atividades socioeconômicas da Economia Solidária, especialmente no que diz respeito ao reconhecimento coletivo, tornaram-se dependentes da atuação do Estado e de suas organizações responsáveis por políticas públicas voltadas à ES. Esse processo está intrinsecamente relacionado às dinâmicas da Economia Social e da Economia Popular no Brasil contemporâneo (França Filho, 2002).

2 Metodologia

O objetivo geral desta pesquisa é compreender as perspectivas históricas das últimas décadas da sociedade brasileira, especialmente no que se refere ao pensamento coletivo de solidariedade expresso nos aspectos socioeconômicos vinculados ao campo social e conceitual da Economia Solidária (ES). Especificamente, busca-se: apresentar as perspectivas históricas

da sociedade brasileira contemporânea sobre a Economia Solidária; desenvolver uma investigação histórico-social sobre o pensamento solidário no Brasil recente a partir da ES; construir um entendimento científico acerca dos sentidos históricos e socioeconômicos que estruturam o pensamento de solidariedade na economia brasileira atual.

O método adotado consiste em uma pesquisa documental voltada à análise das perspectivas históricas do Brasil recente por meio do campo social e conceitual da Economia Solidária (ES). Para isso, são examinados documentos primários — como boletins, relatórios, documentos normativos e demais materiais governamentais — além de documentos sociais, como reportagens, artigos de opinião e textos críticos. Também são analisados documentos secundários, especialmente artigos acadêmico-científicos que discutem o Tempo Presente, todos produzidos no Brasil entre 2000 e 2024. A interpretação dessas fontes fundamenta-se nos princípios teóricos da História do Tempo Presente (HTP) e em investigações científicas sobre a temática, permitindo aprofundar a análise histórica e metodológica das práticas contemporâneas de Economia Solidária no país. Assim, o conjunto de referências teóricas e documentais orienta a análise qualitativa dos dados, entendidos como registros atuais do desenvolvimento da sociedade brasileira, de suas subjetividades socioeconômicas e de seu pensamento coletivo de solidariedade. A pesquisa busca, portanto, evidenciar as perspectivas históricas da ES enquanto parte de um presente em construção, marcado por inacabamentos e contínuas transformações, conforme os fundamentos epistemológicos da HTP (Rouso, 2016).

Segundo Rouso (2016), o presente é constituído como uma história de inacabamentos, marcada por constantes conexões entre o passado recente e os acontecimentos ainda não concluídos do tempo atual — um movimento que ele denomina de “passado-presente”. Nesse sentido, este trabalho aborda a Economia Solidária como um fenômeno histórico inserido no Tempo Presente e atravessado por diversos inacabamentos. De acordo com Lohn (2019), a História do Tempo Presente (HTP) constitui um conjunto de fundamentos científicos voltados à construção de narrativas históricas atuais, envolvendo necessariamente o campo político contemporâneo. O autor esclarece: “Apresentada ao tempo presente, a historiografia é levada então a construir testemunhos em perspectiva e interpretativos dos acontecimentos e processos que marcam o vivido” (Lohn, 2019, p. 13).

Assim, com base em Lohn (2019) e em consonância com os pressupostos de Rouso (2016), compreende-se que os estudos do Tempo Presente se dedicam à análise dos acontecimentos históricos atuais, isto é, ao exame do “vivido”, e que tais estudos constroem

uma História do Tempo Presente expressa como representações socio-históricas de processos políticos e de suas dinâmicas recentes. Essa abordagem pode ser entendida a partir de uma dimensão cultural que permeia a formação e a atuação dos Estados-nação.

Para a compreensão do tempo presente, a historiografia apresenta a possibilidade, portanto, de verificar a emergência de fenômenos de longa duração em processos como as novas fronteiras culturais, as políticas identitárias, as reestruturações econômicas, as novas políticas públicas, a chamada mundialização da cultura, as políticas do cotidiano, entre outros temas costumeiramente analisados sem a devida espessura histórica. (LOHN, 2019, p.19).

Trata-se de uma pesquisa documental fundamentada em estudos historiográficos e epistemológicos da História do Tempo Presente (HTP), desenvolvida a partir de uma análise socio-histórica e socioeconômica no campo da Economia Social e da Economia Solidária.

Os documentos oficiais e as fontes históricas analisados nesta pesquisa incluem materiais provenientes do Governo Federal do Brasil e de seus meios eletrônicos, além de artigos acadêmico-científicos relacionados à temática. Considerando o objeto de estudo — o campo da Economia Solidária — e suas múltiplas concepções conceituais, bem como suas diversas inter-relações com a Economia Social e com as questões acerca da construção da identidade social brasileira, opta-se por defini-lo, conforme França Filho (2002), como um conjunto de noções de economia e de solidariedade no Estado moderno. Essas noções expressam um pensamento coletivo orientado pela Economia Social fundada na solidariedade. Os fenômenos socio-históricos analisados são, portanto, observados à luz dessa concepção, que no contexto brasileiro se articula de forma intrínseca às ações de Economia Social e às práticas do Estado. Nesse sentido, justifica-se a definição adotada: “A economia solidária pode ser vista assim como um movimento de renovação e de reatualização (histórica) da economia social” (França Filho, 2002, p. 13).

Segundo França Filho (2002), a Economia Social e a Economia Solidária estão vinculadas às experiências histórico-sociais de dinâmicas econômicas populares, como o mutualismo, o cooperativismo e o associativismo, bem como às ações do Estado orientadas ao interesse coletivo. A Economia Social corresponde à articulação integrada dessas dinâmicas, cujos fundamentos surgem na segunda metade do século XIX e no início do século XX, permanecendo relevantes até hoje. Entre seus principais exemplos estão as organizações sociais baseadas em capital social, nas quais os recursos financeiros são compartilhados entre todos os participantes.

Já a Economia Solidária é compreendida como um conjunto de organizações contemporâneas que buscam construir formas econômicas fundamentadas na

solidariedade, podendo estar ou não vinculadas ao Estado. Para o autor, ela representa uma atualização dos movimentos históricos da Economia Social, expressa como uma “renovação” e “reatualização histórica da economia social”, além de reforçar o “reconhecimento da natureza de utilidade social da ação organizacional”.

3 Novas discussões e perspectivas históricas recentes sobre a Economia solidária no Brasil recente

O processo de institucionalização das atividades socioeconômicas baseadas na solidariedade no Brasil recente inicia-se em 2003. De acordo com a FBES (2016), esse período marca o surgimento de uma nova articulação entre sociedade civil e poder público, consolidada na III Plenária Brasileira de Economia Solidária. É nesse contexto que são criados o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). O FBES passa a se apresentar como interlocutor das diversas formas de organização da Economia Solidária, atuando, para os fins deste trabalho, como mediador das normatizações que estruturam as atividades socioeconômicas solidárias no âmbito do Estado. Sua arquitetura organizacional é estruturada em três segmentos: empreendimentos solidários, entidades de assessoria e fomento e gestores públicos.

Neste estudo, destaca-se especialmente o terceiro segmento, cuja atuação evidencia o estreitamento das relações entre as práticas de Economia Solidária e a gestão pública estatal. Como apontam Oliveira e Ferrarini (2021), o desenvolvimento da Economia Solidária no Brasil, em articulação com as políticas públicas governamentais, passa a ser centralizado no Estado a partir de 2003, com a formação do Movimento de Economia Solidária Brasileiro (MESB) e sua organização no FBES. Esse processo também se relaciona com a participação do movimento no Fórum Social Mundial (FSM) e com a institucionalização promovida pela SENAES, configurando um alinhamento estrutural entre Estado, sociedade civil e organizações da Economia Solidária.

De acordo com o FBES (2016, p. 10), “em 2004, o FBES organizou, com apoio da SENAES/MTE, o I Encontro Nacional de Empreendimentos da Economia Solidária, reunindo cerca de 2.300 representantes de todos os estados brasileiros e de todos os segmentos da Economia Solidária”. Ainda segundo o FBES (2016), as pesquisas realizadas até 2015 evidenciam avanços significativos nas atividades socioeconômicas vinculadas à Economia Solidária. Para Oliveira e Ferrarini (2021), esses avanços ocorreram em paralelo ao processo de centralização dessas atividades nas estruturas governamentais brasileiras, intensificado a partir de 2003.

Atualmente, a Economia Solidária apresenta uma ampla estruturação institucional consolidada por meio do FBES e da SENAES. No entanto, essa estrutura é permeada por complexidades que, em alguns casos, constituem obstáculos tanto à legitimação de novas iniciativas quanto ao reconhecimento de experiências emergentes e promissoras de Economia Solidária. Segundo o FBES (2008), as Plenárias Nacionais (conferências que reúnem representantes do Estado e participantes vinculados ao FBES) ocorrem periodicamente com o objetivo de definir estratégias e orientar planos trienais de políticas de Economia Solidária em âmbito nacional. Entretanto, conforme registrado na própria linha do tempo da FBES (2008), a última plenária realizada foi em 2012.

O Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) está organizado em todo o país em mais de 160 fóruns municipais, microrregionais e estaduais, envolvendo diretamente mais de 3.000 empreendimentos de economia solidária, 500 entidades de assessoria, 12 governos estaduais e 200 municípios pela Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária (FBES, 2008, s.p.).

Os acontecimentos socioeconômicos relacionados à Economia Solidária, segundo França Filho (2002), articulam-se a partir de um conjunto de relações teórico-conceituais intrinsecamente ligadas à “apreciação conceitual do terceiro setor”, à “Economia Social”, à “Economia Solidária” e à “Economia Popular”. Dessa forma, o ensino e a análise histórica da Economia Solidária no Tempo Presente tornam-se possíveis tanto por meio de abordagens historiográficas contemporâneas quanto por estudos críticos sobre a evolução da Economia Social no Brasil.

De acordo com Oliveira e Ferrarini (2021), a partir de 2003 — com a formação do Movimento de Economia Solidária Brasileiro (MESB) e seus ideais socialistas — observa-se um processo de adequação dos atores da Economia Solidária, que passam a ser reconhecidos como “sujeitos político-coletivos” vinculados diretamente ao Estado. Esse alinhamento ocorre em articulação com o FBES e com a organização institucional da SENAES, sendo também influenciado pela Igreja Católica e pelos princípios da Teologia da Libertação, corrente teológica latino-americana que prioriza a defesa dos pobres e que, em certa medida, permeia políticas e práticas cristãs contemporâneas. Essa articulação apresenta ainda conexões com os Projetos Alternativos Comunitários (PACs).

Ainda segundo os autores, antes do processo de centralização estatal das organizações que promovem a Economia Solidária, entre as décadas de 1970 e 1990 havia no Brasil diversas experiências econômicas baseadas na solidariedade entre populações em situação de vulnerabilidade, chamadas pelos autores de “populações subalternas”. Essas

iniciativas, de caráter comunitário, ganharam relevância nacional de forma gradual e se expressaram em associações de trabalhadores de setores específicos, cooperativas e grupos sociais universitários, especialmente na década de 1990.

A partir da atuação do FBES, segundo Oliveira e Ferrarini (2021), observa-se no Brasil uma redução progressiva das experiências sociais originalmente vinculadas ao conceito de Economia Solidária, as quais foram, gradualmente, centralizadas no âmbito do Estado. Os autores concluem que

Olhar para além e apesar do Estado (mesmo sem perdê-lo de vista) e abrir-se para uma diversidade de sujeitos e práticas econômicas solidárias mostra-se um passo promissor no horizonte de futuras construções democráticas para uma sociedade justa e emancipada. (Oliveira; Ferrarini, 2021, p. 165).

Segundo Oliveira e Witt (2022), o campo teórico e epistemológico da História do Tempo Presente no Brasil ainda é recente. As abordagens existentes introduzem discussões relevantes sobre o presente, mas não chegam a ultrapassar, ou enfrentar plenamente, as problemáticas estruturais da própria história brasileira contemporânea. Diante desse cenário, os autores questionam:

Se nos países europeus sua emergência enquanto campo foi motivada pelo fim da Segunda Guerra Mundial e seus efeitos temporais nesses locais, quais seriam os marcos que determinam uma História do Tempo Presente no Brasil? Quais acontecimentos alteraram as estruturas sociais e econômicas na América Latina e na sociedade brasileira? É possível categorizar, demarcar e balizar esses acontecimentos? Existe uma História do Tempo Presente que retorne o seu olhar para questões caras ao Brasil? (Oliveira; Witt, 2022, p.184).

No que se refere às problemáticas envolvidas no desenvolvimento de uma História recente, ou da História do Tempo Presente, da Economia Solidária no Brasil, este trabalho propõe o seguinte questionamento: quais serão, para os futuros pesquisadores, as demarcações e caracterizações dos acontecimentos histórico-sociais da Economia Solidária que ultrapassem a dimensão das políticas estatais no presente?

Segundo Sanchez (2024), em sua dissertação de Mestrado, experiências de movimentos sociais e iniciativas de Economia Social têm originado cooperativas que aplicam os princípios da Economia Solidária, contribuindo para a redução das desigualdades sociais no Brasil. Essas experiências promovem modos alternativos de vida baseados em uma “Cultura Solidária”, conceito que descreve formas de convivência sustentadas por práticas coletivas e por interações sociais orientadas à igualdade, em contraste com as lógicas individualistas e acumulativas do capitalismo.

Um exemplo analisado pela autora é a cooperativa Terra e Liberdade, fundada por integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em parceria com a

Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade de São Paulo (ITCP-USP). Criada em 2016 e formalizada em 2017, a cooperativa tem como principais objetivos políticos a promoção da “reforma agrária popular”, a defesa da agroecologia e da agricultura familiar, bem como o acesso popular à terra. Atua na região metropolitana de São Paulo e fundamenta seus princípios éticos na Economia Solidária, na igualdade de gênero e na igualdade étnica.

Ainda conforme Sanchez (2024), a cooperativa desenvolve uma forte articulação entre campo e cidade, fornecendo de maneira solidária alimentos produzidos na zona rural para áreas urbanas. Suas atividades centrais envolvem práticas de comercialização e consumo solidário, atualmente envolvendo cerca de 150 famílias assentadas, que participam ativamente tanto da produção quanto da distribuição dos produtos e das ações econômicas solidárias.

No Brasil, embora a Economia Solidária esteja sempre vinculada ao Estado, de forma parcial ou integral, observa-se a produção de resultados expressivos no campo da solidariedade econômica, especialmente por meio da criação e consolidação de empreendimentos de Economia Solidária na Economia Popular, com destaque para cooperativas populares, como o exemplo anteriormente mencionado.

Segundo Pereira e Silva (2024), entre 2001 e 2021, dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), órgão diretamente vinculado ao Governo Federal, apontam a existência de inúmeras iniciativas organizadas como Empreendimentos de Economia Solidária (EES) no país. Esse avanço está diretamente relacionado ao trabalho das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), estruturas universitárias que, no âmbito das Instituições de Ensino Superior (IES), oferecem assessoria e suporte à formação e ao desenvolvimento das cooperativas e demais organizações sociais.

Conforme os autores, estima-se que existam aproximadamente 20 mil EES em diferentes níveis de desenvolvimento, sendo que uma parcela significativa delas conta com apoio direto das ITCPs, o que reforça a importância dessas incubadoras na difusão e fortalecimento da Economia Solidária no Brasil.

Segundo Brasil (2024), a Conferência Nacional de Economia Solidária ocorre de forma eventual — com edições anteriores realizadas em 2006, 2010 e 2014 (respectivamente I, II e III Conferências) — e tem por finalidade analisar as formas de organização social da Economia Solidária no país. A quarta conferência está prevista para ocorrer entre 10 e 13 de abril de 2025 e busca convocar todos os envolvidos com os campos da Economia Popular e da Economia Solidária em âmbito nacional. Entre seus principais eixos, além da retomada histórica do evento, destaca-se o tema “Democracia e participação social”, com foco na inclusão de todas as identidades sociais brasileiras, sem distinções.

Ainda conforme Brasil (2024), a conferência pretende avançar na definição do que constitui a Economia Solidária no Brasil, diferenciando-a de outras práticas da Economia Social, como ações de caridade ou filantropia. As propostas apresentadas apontam para o fortalecimento de processos formativos vinculados à Educação Social, especialmente no que diz respeito à participação popular na construção de políticas econômicas do Estado (“educação popular”), bem como à promoção de ações solidárias de cunho coletivo (“educação solidária”), direcionadas a toda a população brasileira.

Atualmente, segundo Brasil (2024), entre 2015 e 2019, e até 2020, em razão das políticas negacionistas adotadas pelo governo do presidente Jair Bolsonaro, não se observam avanços significativos nas ações de Economia Solidária. Nesse período, o “Plano Nacional de Economia Solidária (2015–2019)”, previsto pelo Governo Federal, não foi implementado. O principal marco desse retrocesso foi a extinção temporária do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) em 2019 e o conseqüente esvaziamento gradual da SENAES, processo que teve início em 2016 e que apenas passa a ser revertido com a reintegração do MTE e a mudança de governo, conforme Brasil (2023). Como enfatiza o documento oficial: “Além disso, o desmonte das políticas públicas, a reforma trabalhista, a reforma previdenciária, o refluxo ou mesmo congelamento de órgãos...” (Brasil, 2024, p. 8-9). Assim, de acordo com o documento referencial da conferência, configura-se uma profunda “fragilidade institucional” no cenário da “Economia Popular e Solidária” no Brasil contemporâneo.

Contudo, Brasil (2024) também destaca avanços importantes decorrentes das resistências dos movimentos sociais. Entre eles, incluem-se: a constituição de bases de dados como o SIES, o Cadastro de Empreendimentos Econômicos Solidários (Cadsol) e a Plataforma Cirandas; o fortalecimento de estruturas políticas da Economia Solidária, como o próprio FBES; o surgimento de novas iniciativas público-privadas envolvendo “Centrais de Empreendimentos, Cooperativas e Associações”; e o desenvolvimento de fundos solidários e bancários vinculados às redes de ES, tais como os “Bancos Comunitários de Desenvolvimento, Fundos Rotativos Solidários, de educadoras e educadores, de economia solidária feminista (RESF), de juventudes (JUVESOL) e de incubadoras de cooperativas populares (ITCPs e Unitrabalho)” (Brasil, 2024, p. 10).

Como discussão final acerca de possíveis novas propostas de organizações sociais de Economia Solidária, observa-se que tais perspectivas emergem a partir das transformações recentes nas atividades de ES, especialmente no decorrer da construção das novas narrativas históricas brasileiras sobre o tema. Essas propostas dependem, em grande medida, da forma como a população brasileira e seus diversos atores sociais irão assimilar e interpretar os

acontecimentos históricos ocorridos entre 2000 e 2024, um período marcado por profundas mudanças sociais que, por vezes, ameaçam a continuidade e a funcionalidade das práticas e dos empreendimentos de Economia Solidária no âmbito do Estado.

O Estado brasileiro aponta que:

“Neste sentido, é importante avançar em estímulos concretos para a formação de cooperativas, coletivos e empreendimentos de economia solidária formados por jovens, assegurando investimentos em equipamentos e insumos, permitindo que os empreendimentos cresçam e se tornem sustentáveis” (Brasil, 2024, p. 14).

Diante dessa orientação e considerando o cenário histórico recente, surgem importantes questionamentos para o pensamento coletivo no Brasil contemporâneo: como avançar nessa direção sem que tais iniciativas sejam atravessadas pela corrupção presente nas políticas públicas do Estado? Quais mecanismos transparentes e justos podem garantir um crescimento socioeconômico mais igualitário, evitando as falhas recorrentes na implementação de políticas públicas, falhas estas caracterizadas no documento referencial como expressão de uma “fragilidade institucional”?

Além disso, permanece uma indagação central: o que pode ser considerado seguro para promover investimentos sustentáveis no Brasil recente, especialmente quando se busca fortalecer práticas baseadas na solidariedade e na igualdade social?

Este trabalho mantém uma postura isenta de posicionamentos políticos e tem como finalidade apresentar as perspectivas históricas da Economia Solidária no Brasil, bem como seus contextos sociais mais recentes, utilizando a metodologia da História do Tempo Presente. Parte-se do entendimento de que tais perspectivas, no âmbito da Economia Solidária e da Economia Social, são moldadas pela atuação do Estado e por suas estruturas centralizadoras, que, embora apresentem fragilidades, também oferecem importantes benefícios.

Reconhece-se, contudo, que as ações de Economia Solidária no país ainda carecem de maior apoio e reconhecimento por parte das autoridades públicas, dos setores empresariais e da sociedade em geral. Do mesmo modo, torna-se necessária uma ampliação da conscientização popular sobre seu papel e potencial transformador. Tal fortalecimento é essencial para a promoção de uma maior igualdade social em todo o território brasileiro, considerando que o país demanda numerosas ações sociais pautadas em valores éticos de solidariedade, voltadas ao bem comum e à construção de uma sustentabilidade socioeconômica justa e igualitária.

4 Considerações finais

Propõe-se, neste trabalho, a construção de perspectivas históricas que contribuam para o desenvolvimento de uma História recente da Economia Solidária no Brasil. Essa proposta não invalida outros estudos, documentais, de História do Tempo Presente ou futuras historiografias da solidariedade no país sob a ótica da História Econômica, que possam surgir para complementar a concepção teórica aqui apresentada. O objetivo central consiste em promover um entendimento e um reconhecimento do desenvolvimento socioeconômico brasileiro por meio do campo da Economia Solidária, destacando a importância de sua formulação conceitual e de sua dimensão social para todos os indivíduos da sociedade contemporânea. Tal compreensão é essencial para a construção de um futuro mais igualitário no âmbito socioeconômico brasileiro.

Portanto, torna-se inegável que o principal valor orientador da Economia Solidária deve ser a solidariedade e sua aplicação prática nas diversas dimensões sociais. Nesse sentido, estruturas socioeconômicas que realizam atividades ditas solidárias, mas que geram acúmulo excessivo de recursos financeiros em suas próprias organizações ou em seus principais líderes, afastam-se desse valor ético fundamental. Tais práticas configuram distorções que não devem ser reproduzidas nem apresentadas como supostamente necessárias ao fortalecimento da Economia Solidária.

Referências

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Documento referencial**. Brasília, DF: MTE, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2024/Abril/Documento_Referencial_final.pdf. Acesso em: 25 fev. 2026.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Senaes discute criação de comitê interministerial sobre Economia Solidária**. Publicado em: 23 jun. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2023/junho/senaes-quer-criar-comite-interministerial-sobre-economia-solidaria>. Acesso em: 25 fev. 2026.

FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária. **Movimento de Economia Solidária no Brasil**. 30 jul. 2008. Disponível em: <https://fbes.org.br/2008/07/30/movimento-de-es-no-pais/>. Acesso em: 25 fev. 2026.

FBES. **Cartilha informativa**. Brasília, DF: FBES, 2016.

FRANÇA FILHO, G. C. Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais. **BAHIA ANÁLISE & DADOS**, Salvador, v. 12, n. 1, p. 9-19, 2002. Disponível em: <https://base.socioeco.org/docs/economiasolidria-fronteirasconceituais.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2026.

LOHN, R. L. Reflexões sobre a história do tempo presente: uma história do vivido. *In*: REIS, T. S. *et al.* **Coleção história do tempo presente**. Roraima: Editora UFRR, 2019. Disponível em: [https://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar/bitstream/CLACSO/3860/1/VOL-I-Historia-](https://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar/bitstream/CLACSO/3860/1/VOL-I-Historia-do-Tempo-)

Presente.pdf#:~:text=partir%20da%20sua%20defesa%20enquanto%20componente%20do,Hist%C3%B3ria%20do%20Tempo%20Presente%2C%20evidenciando%20Da%20como%20um. Acesso em: 25 fev. 2026.

OLIVEIRA, C. E. P.; WIT, C. W. V. P. **Fio que se faz trama**. Vitória: Editora Milfontes, 2022.

OLIVEIRA, G. M.; FERRARINI, A. V. A centralidade do Estado na organização do Movimento de Economia Solidária no Brasil: trajetória, dilemas e possibilidades. **Sudamérica: Revista de Ciências Sociais**, [s. l.], n. 15, p. 140-167, 2021. Disponível em: <https://fh.mdp.edu.ar/revistas/index.php/sudamerica/article/view/5457>. Acesso em: 25 fev. 2026.

PEREIRA, C. A.; SILVA, S. P. **Economia solidária como vetor de extensão universitária: Uma análise bibliográfica sobre a prática de incubação de cooperativas populares entre 2001 e 2021**. Brasília: Ipea, 2024.

ROUSSO, H. **A última catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2016.

SANCHEZ, G. S. De luta, laços e labor: a cultura solidária na cooperativa Terra e Liberdade. 2024. 167 f. **Dissertação** (Mestrado em Ciências) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-12042024-164106/pt-br.php>. Acesso em: 25 fev. 2026.

Data de submissão: 13/08/2025

Data de aceite: 17/10/2025